



ENSINAR GEOGRAFIA NO TERCEIRO MILÊNIO Como? Por que?

Salete KOZEL¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o conhecimento geográfico nos diferentes momentos históricos marcados pela dinâmica social, assim como o seu reflexo no ensino fundamental, médio e universitário, propondo analogias entre o fazer pedagógico vigente e os diversos paradigmas. Pretende-se ainda propiciar a reflexão quanto à importância destes conhecimentos, tendo em vista o cidadão habilitante do Planeta Terra no século XXI.

Palavras-chave: ensino; conhecimento geográfico; paradigmas; século XXI.

ABSTRACT

The goal of the present work is to discuss the geographical knowledge on different historical moments distinguished by social dynamics, and its results on the basic, high school and college teaching, by proposing analogies between the current pedagogical practice and the several paradigms. Another goal is to reflex about the need of this knowledge, man being the citizen in the Earth in the XXI century.

Key-words: teaching; geographical knowledge; paradigms; 21st century.

¹ Professora Assistente do Departamento de Geografia – UFPR.
Doutoranda em Geografia – USP/SP.

A Geografia é uma das lentes que permitem a leitura do planeta Terra, à morada do homem, o "lugar" das múltiplas relações. O desvendar do ambiente terrestre sempre esteve ligado à curiosidade do homem e à satisfação de suas necessidades. Esse conhecimento adquire conotações diferenciadas à medida em que torna necessária uma maior compreensão do espaço geográfico, principalmente visando a sobrevivência e a legitimação da dominação. Entretanto, este saber sempre esteve ligado aos governantes, guerreiros, negociantes e viajantes. Nessa perspectiva, inúmeros trabalhos de cunho geográfico surgiram da observação e descrição dos lugares, auxiliados principalmente pelo desenvolvimento da Cartografia estratégica.

Com a expansão capitalista, desponta o processo de divisão social do trabalho e os espaços se reorganizam a partir do surgimento do Estado-Nação. A Alemanha foi um dos últimos Estados nacionais a se consolidar, apoiado nos pilares da Geografia, assim como foi a pioneira em introduzi-la como disciplina no currículo escolar, sendo ensinada pela primeira vez por KANT na Universidade de Königsberg em 1756, que a concebia como a "síntese dos conhecimentos sobre a natureza", tendo por objetivo descrever os fenômenos manifestados na superfície terrestre.

O ensino de Geografia, ao ser introduzido nas escolas, já surge comprometido não apenas com o Estado nacional, mas também com o capitalismo, que se consolida em território alemão. Neste contexto, caracteriza-se como ciência da vida física, animal e social, constituindo-se num dos ramos fundamentais das ciências da vida em geral, fundamentada numa visão empirista e naturalista.

A Geografia somente passa a ser sistematizada em meados do século XIX, com as obras de Alexandre von HUMBOLDT (*Quadros da Natureza e Cosmos*) e Karl RITTER (*Geografia Comparada*).

HUMBOLDT, que era geólogo e botânico, considerava a Geografia como síntese de todos os conhecimentos relativos à natureza e à superfície terrestre, propondo como método o *empirismo raciocinado*, pautado na intuição e observação.

RITTER, filósofo e historiador, procurava estabelecer as relações entre os diferentes lugares, considerando o homem como elemento principal no estudo da individualização de áreas. Segundo ele, a Geografia teria o papel de explicar a natureza e seus sistemas, pois assim estaria compreendendo os designios divinos da criação e, consequentemente, a finalidade da natureza e predestinação dos lugares. Propunha também como método o *empirismo pautado na observação*.

Ainda na Alemanha (1882), Friedrich Ratzel publica a *Antropogeografia – Fundamentos da Aplicação da Geografia à História*, enfatizando a influência que a natureza exerce sobre os homens, interferindo em suas condições econômicas. Ele elabora o conceito de *Espaço Vital*, que estabelece as bases da geopolítica, vinculando a idéia de progresso à necessidade de aumento das proporções do território. A contribuição de Ratzel para o debate geográfico atual foi significativa, apontando para a importância dos temas políticos e econômicos, destacando o homem como principal agente. Em suas análises, manteve o método empírico – como os seus antecessores – priorizando ainda a observação e a descrição.

O pensamento geográfico construído pela Escola Alemã é contestado pelos geógrafos franceses, principalmente pela ênfase que se dava ao Estado e à política e ao seu caráter naturalista e fatalista.

A Escola Francesa, liderada por Paul Vidal de La Blache (historiador), defendia a tese da *neutralidade do discurso científico*, embora tratasse os temas políticos de forma dissimulada. Nesta perspectiva, o homem seria um ser ativo que sofre influência do meio; entretanto, atua sobre ele e o transforma e, então, a natureza passa a ser encarada como meio possível para a ação humana. Ao analisar costumes, técnicas e hábitos de diferentes grupos humanos se apropriarem da natureza, Vidal cria o conceito de *gênero de vida*, enfatizando que este seria fundamental para o progresso humano. Denominou as áreas ocupadas por várias comunidades de *domínios de civilização*. Ao centrar os estudos na individualidade e diferenciação de áreas, desenvolve o conceito de *Região*. A Geografia, diante deste enfoque, seria prioritariamente um trabalho de identificação das regiões do globo. Em termos de método, a Escola Francesa propõe algumas alterações em relação à Escola Alemã, negando a idéia de causalidade, determinação, pensamento abstrato e raciocínio especulativo. Baseando-se no método empírico-indutivo, sugere que a investigação seja feita a partir da observação e leitura da paisagem em seus aspectos naturais e culturais, posteriormente comparando-os com outras áreas e finalmente estabelecer uma tipologia.

Embora esta Escola tente resgatar o homem como agente de transformação na relação sociedade-natureza, desconsidera a relação social entre os homens, mantendo o aspecto naturalizante da proposta anterior.

Sendo derrotada na guerra franco-prussiana em 1870 e perdendo parte de seu território para a Alemanha, a França, visando a reconstrução de seu território, reestrutura a Geografia, que assume papel funda-

mental. Nesta fase, com o apoio do Estado, é instituída como disciplina em todas as séries do ensino básico e são criadas as cátedras e institutos de Geografia. Este fato, que refletia o pós-guerra, tornou-se necessário para conhecer e pensar o espaço, assim como fizeram os alemães, seus conquistadores.

Pode-se dizer novamente a Teoria Geográfica vai de encontro às iniciativas dos Estados, que necessitavam conhecer melhor seus domínios, tendo em vista as crises que enfrentavam na época, servindo de suporte para a evolução capitalista que organizava os territórios e fortalecia os Estados nacionais.

Muitos foram os seguidores de La Blache e as diversas vertentes que dela derivaram, destacando-se Max sorre que, na década de 40, em sua obra *Os Fundamentos da Geografia Humana*, propõe algo mais elaborado, como o conceito de *habitat* proveniente da construção humana, estabelecendo as múltiplas relações existentes entre o homem e o meio. O método proposto por sorre parte da análise cartográfica de planos superpostos, aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais, compondo um quadro formado com as inter-relações de todos os elementos, e significou um redimensionamento da geografia francesa, enriquecendo as antigas teorias e permitindo que as abordagens geográficas fossem globais e unitárias.

Em contestação às acusações da Escola Francesa à geografia alemã, Alfred Hettner, geógrafo alemão, propõe uma outra vertente geográfica, o estudo da *diferenciación de áreas*, objetivando o entendimento dos motivos pelos quais as áreas são distintas e em que diferem, cabendo à Geografia o estudo da inter-relação daqueles elementos no espaço.

Porém, este enfoque geográfico somente passou a ser discutido quando Richard Hartshorne (geógrafo americano) o desenvolve e aperfeiçoa, na década de 30.

HARTSHORNE em 1959 publica, nos EUA, a obra *Questões sobre a Natureza da Geografia*, mantendo a essência das antigas abordagens geográficas, porém numa versão mais dinâmica, privilegiando o raciocínio dedutivo, ou seja, uma visão menos empírica.

A variação de áreas passa a ser o cerne da geografia, assim como o seu instrumento de análise. A escolha dos dados a serem trabalhados fica a critério do pesquisador. O estudo de uma determinada área pode ser realizado através da vertente *Ideográfica* ou *Normotética*. A análise profunda de um só lugar ele denominou *Ideográfica*, e outra mais genérica que partia da investigação de uma mesma inter-relação aplicada em vários lugares, *Normotética*, permitindo detectar o grau de variação de um mesmo fenômeno.

É importante salientar que estas abordagens geográficas não chegaram a influenciar a prática geográfica em sala de aula, ficando somente a nível das pesquisas acadêmicas, tendo em vista a reordenação do território.

No Brasil, a Geografia Francesa é implantada pelos discípulos de La Blache, no início deste século, tornando-se notória na Universidade de São Paulo (USP), expandindo-se posteriormente para as demais instituições de ensino no país.

Mais uma vez o discurso geográfico serviu para fortalecer o Estado, pois havia a necessidade premente de se levantar dados numéricos e cartográficos visando a delimitação das regiões naturais, e consequentemente, a exploração do vasto território. O pensamento geográfico herdado da Escola Francesa, de cunho naturalizante, empírista e descritivo, aparentando uma suposta neutralidade, norteou as propostas de geografia nos currículos oficiais até a década de 80, cujos reflexos ainda se fazem presentes no ensino em todas instâncias, fato este que contribui para que a maioria dos alunos considerem a geografia uma disciplina enfadonha, "um saber inútil", descolado da realidade vivenciada por eles.

Esta abordagem enfatizava basicamente o estudo das *Regiões*, priorizando a descrição das *Paisagens*, estruturando em três partes distintas: aspectos físicos, humanos e econômicos. O maior problema, todavia, não consistia apenas na maneira como os tópicos estavam organizados, mas como eram enfocados. Os diversos blocos e seus respectivos elementos eram apresentados de forma estanque e alienada, não permitindo compreender a dinâmica da natureza e tampouco os processos estabelecidos na relação homem-natureza, caracterizando-se como mero inventário da paisagem e seus apêndices, não permitindo a leitura do mundo e da realidade, esta cada vez mais dinâmica e complexa.

Na década de 50, a ciência geográfica passa a ser questionada quanto ao seu objeto e métodos de interpretação, pois o estudo das regiões e fenômenos visíveis, parcelizados e descritivos da paisagem já não conseguem explicar as transformações ocorridas, principalmente com relação ao reordenamento dos fluxos de capital espacializados mundialmente em forma de redes, instrumentalizado pelo planejamento econômico que surge como instrumento de intervenção do Estado na organização do espaço.

O período pós-guerra é marcado por grandes transformações, ocasionadas principalmente pelos "rearranjos" do capital. A guerra fria torna proporções cada vez mais conflituosas, agravam-se os proble-

mas ambientais, aumenta a competição tecnológica, assim como a opressão às minorias. A crise energética redimensiona as ações políticas, fazendo com que os Estados Unidos (E.U.A.) despontem como grande potência capitalista.

Dante desta nova realidade que despontava nas décadas de 60-70, o aparato de pesquisa proveniente da Geografia tradicional não permitia apreender a complexidade, pois o local torna-se apenas parte da teia de relações globalizada.

Com a negação do pensamento geográfico tradicional, surge nos E.U.A. movimentos de renovação da geografia, os quais se caracterizaram pela diversidade de concepções.

Apesar das diferentes perspectivas, pode-se detectar duas correntes de pensamento, a *Geografia Pragmática* e a *Geografia Crítica*, tendo em vista seu embasamento político-filosófico, comprometendo e propostas.

A *Geografia Pragmática* busca a renovação das técnicas de pesquisa procurando linguagens mais condizentes com a nova realidade imposta pelo planejamento. Consiste apenas numa mudança de forma, desconsiderando a abordagem social, aparelhando-se com as técnicas oriundas da matemática, na intenção de explicar o espaço geográfico não mais através da descrição e observação do visível, mas através das abstrações provenientes do aparato estatístico das médias, desvio padrão etc., auxiliada pela cibernetica. Propõe, ainda, que os dados espaciais tenham uma análise geométrica, analisando o espaço não mais de forma absoluta, mas enfatizando o espaço relativo. O desenvolvimento do raciocínio lógico e abstrato, proveniente do pensamento neopositivista, norteia os trabalhos desenvolvidos por esta corrente.

No seio desta vertente surgem, ainda, propostas diferenciadas, como a *Geografia Quantitativa* e a *Geografia Sistêmica ou Modelística*.

Na primeira, a relação sociedade-natureza é explicada através de métodos matemáticos, respaldados pela estatística e informática. Essas idéias estão explicitadas na obra *Revolução Quantitativa e Nova Geografia*, de G. DEMATTEIS.

A abordagem sistêmica propõe o uso de modelos representativos para a organização espacial, os quais devem ser adaptados pelos pesquisadores às áreas estudadas.

Estas idéias se difundem no meio acadêmico polarizadas na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro, sob a denominação de *Geografia Teórica*, explicitando suas bases na obra *Quantificação em Geografia*, de Lucia Helena GIRARDI.

A geografia, portanto, mais uma vez está a serviço do poder, colaborando na reorganização dos territórios e fortalecendo a expansão capitalista, agora representada pelos fluxos de capital organizado, através dos cartéis, empresas multinacionais etc.

Paralelamente às discussões da Geografia Pragmática surge outra abordagem que busca no instrumental da psicologia (behaviorista) o entendimento de como os homens percebem o ambiente onde vivem, explicando a valorização subjetiva do espaço. Contestam o excesso de quantificação das análises geográficas, onde o homem era apenas um número, e as relações existentes no espaço geográfico, explicadas através de sistemas e fluxos. Surge assim a chamada Geografia da Percepção ou Comportamental.

No Brasil, este enfoque geográfico, num primeiro momento, também ficou restrito à academia, ainda na UNESP, cuja linha de pesquisa foi implantada pela Dra. Lívia de Oliveira, que traduziu as obras de Yifu Tuan (*Topofilia e Espaço e Lugar*), responsáveis pela difusão dessas idéias no Brasil. Alguns dos seus orientandos deram continuidade aos estudos da percepção em outras instituições, como o prof. Lineu Bley, na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o prof. Herber Xavier, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), entre outros.

Entretanto, a *Geografia da Percepção*, como ficou conhecida, não teve reflexos significativos no ensino geográfico, embora as atuais propostas, principalmente no Ensino Fundamental, apontem nesta direção.

A outra linha de pensamento proveniente do Movimento de Renovação da Geografia, denominada *Geografia Crítica*, aponta para um rompimento radical tanto com a Geografia Tradicional como com a Pragmática, propondo um discurso geográfico político que ao analisar o espaço o concebesse como produto da sociedade em sua relação com o trabalho e o capital. Propõe não só a ruptura dos métodos geográficos, mas que através da *praxis* os geógrafos contribuissem para a transformação da realidade social vigente.

Esse movimento tem suas raízes na França, quando os estudos regionais passam a incorporar a discussão dos processos econômicos e sociais. Vários autores contribuíram para que estas idéias fossem se estruturando, porém cabe destacar Yves LACOSTE que, com seu livro *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, expõe as idéias centrais dessa corrente, salientando que o saber geográfico tem duas vertentes: a Geografia dos Estados Maiores, estratégica, política, vinculada à ação sobre o território, e a Geografia dos Professores, alienante,

memorativa, desinteressante, que de certa forma serve à anterior. Para ele, o seu trabalho consiste numa "guerrilha epistemológica", pois nega tudo que está posto, propondo uma Geografia que supere a ordem capitalista. Esta corrente, desta forma, embasa-se em orientações metodológicas distintas, como estruturalistas, existencialistas, analíticas e principalmente marxistas (em suas diversidades), visando o entendimento do espaço pela via do discurso crítico.

Essa nova ótica da *Geografia Crítica* é discutida pela primeira vez no Brasil pelo Professor Dr. Milton Santos (geógrafo brasileiro de renome internacional, docente da USP), no Congresso Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, realizado em 1978 na cidade de Fortaleza-CE, passando a ser discutida na maioria das universidades brasileiras, assim como nos encontros posteriores da AGB, inquietando a comunidade geográfica brasileira em um momento de transição político-social vivida no país.

Enquanto o debate se acirrava na academia, as escolas de 1.º e 2.º graus viviam a realidade dos Estudos Sociais, que através da reforma de ensino ditada pela lei 5.692/71 descharacterizava ainda mais a geografia, que se fundiria à História e OSPB em uma única área. Diante deste impasse, a maior discussão era referente à necessidade de abertura da área, restituindo à geografia sua identidade. Neste contexto, a "Geografia dos Professores", como diz LACOSTE, continua a mesma, enumerando os planaltos, as capitais do mundo, mostrando o homem apenas como um dado demográfico, etc.

Somente em fins da década de 80 e início de 90 é que os debates e reflexões acerca dos objetivos da Geografia nos currículos se intensificam, e surgem propostas curriculares inovadoras que tentam superar os dualismos (geral-regional, físico-humano) a ela inerentes, assim como as análises simplistas e apolíticas, apontando para um ensino mais reflexivo, tendo em vista um cidadão mais participativo e crítico.

A implantação desta nova proposta em sala de aula foi traumática, pois a maioria dos professores não estava preparada para essa mudança radical de paradigmas, deslizando ainda mais o estudo geográfico, gerando uma grande confusão. Uma das maiores inquietações ocorria na 5.ª série do 1.º grau, com a substituição do estudo do Sistema Solar (que passa para ciências) por mercadoria. A grande dificuldade era entender este tema, sem compreender o conceito – "espaço" como mercadoria, isto é, que o espaço-geográfico produzido segundo uma certa lógica está ligado a interesses e necessidades mediados pelo trabalho e pelo capital.

O processo, entretanto, estava deflagrado; a inquietação se generalizou e as alternativas foram surgindo das mais diversas maneiras: cursos, grupos de estudo, leituras e debates passam a fazer parte do cotidiano de várias escolas na busca de soluções para o impasse criado.

QUAL SERIA AFINAL O PAPEL DA GEOGRAFIA NOS CURRÍCULOS? E O QUE ENSINAR?

A década de 90 é marcada por este processo de busca e inquietação, próprio do momento histórico em que vivemos, no epicentro da revolução técnico-científica, "o mundo das imagens", impregnado de códigos e linguagens as quais precisamos desvendar e compreender.

Os novos parâmetros curriculares nacionais oriundos da LDB apontam para o ensino fundamental e médio mudanças significativas, ponderando sobre os extremos vividos tanto na perspectiva da Geografia Tradicional, que subtrai do homem seu caráter social, priorizando o estudo naturalizante das paisagens, como no enfoque da Geografia Crítica, que radicaliza, enfatizando apenas as relações entre sociedade, natureza e trabalho à luz das relações capitalistas de produção do espaço.

Nesta perspectiva, propõe o resgate de alguns elementos provenientes da *Geografia da Percepção* como a memória, a vivência, a cultura, os valores dos homens e das sociedades, muito significativos na construção do saber geográfico. Enfatiza ainda a necessidade da construção dos conceitos de *Lugar, Paisagem, Território e Região* na perspectiva histórica, onde o homem, como sujeito produtor do espaço, imprime traços culturais, provenientes de seus valores no processo de produção do espaço. Esta corrente de pensamento aponta em direção a uma *Geografia Cultural*, propondo o resgate da vivência do aluno, dos significados do espaço e dos traços culturais nele impressos.

No ensino médio, a Geografia passa a integrar a *Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias*, juntamente com História, Filosofia e Sociologia, com o intuito de fortalecer o corpo conceitual, denominado *Relações Sociais Humanas*, onde estão implícitos os conceitos básicos de natureza, espaço, tempo e cultura.

Projetos e experiências as mais variadas estão acontecendo em diversas instituições escolares e órgãos de pesquisa, desestruturando a "Geografia dos Professores" que finalmente vai ruindo, permitindo a valorização da Geografia como disciplina escolar.

As discussões relacionadas à gestão e educação ambiental e ao planejamento territorial têm norteado os trabalhos geográficos não só ao nível da pesquisa acadêmica, mas também estão implícitas nos projetos desenvolvidos no ensino fundamental e médio, tornando-o mais consistente e interessante. Enfim, o cidadão do século XXI precisa estar atento às rápidas transformações que vêm ocorrendo no mundo, tentando entender os processos que estão acontecendo tendo em vista sua própria sobrevivência.

A Geografia, portanto, tem o papel fundamental de contribuir para que os alunos consigam desvendar o espaço geográfico em que estão inseridos e se percebam também como agentes sociais responsáveis pela construção e transformação deste espaço.

Hoje, com o avanço da tecnologia, a comunicação acontece em tempo real e a precisão no desvendar da realidade é assustadora. Para ilustrar a velocidade com que isso vem acontecendo, buscamos as reflexões de Alvin TOFFLER que, em sua obra *O Choque do Futuro*, publicada na década de 70, já alertava para esta questão quando tecia as seguintes comparações: no ano 6000 a.C., o transporte mais rápido era a caravana de camelos, que faziam 12 km/h; em 1600 a.C., com o carro de rodas, a velocidade máxima passa a 30 km/h.

Tão impressionante foi essa invenção que foi difícil superá-la, pois as diligências postais, em 1784, alcançaram apenas 15 km/h e a primeira locomotiva a vapor em 1825 desenvolvia uma velocidade de 18 km/h, enquanto os navios da época conseguiam metade dessa velocidade. Somente em 1880 é que se consegue a velocidade de 160 km/h com a locomotiva de maior potência. Foram precisos milhares de anos para que a humanidade conseguisse esse limite. Mas decorreram apenas 58 anos para que esse limite quadruplicasse, pois em 1938 o avião atinge 640 km/h e os homens dentro de suas cápsulas astronáuticas circundam a Terra a uma velocidade de 29.000 km/h. Milênios e séculos são passados, e de repente, no nosso próprio tempo, uma abrupta ruptura de limites, um fantástico salto para a frente.

Ainda no inicio da década de 70 havia a possibilidade virtual, posto que não havia aviação comercial, de pedirmos uma ligação de São Paulo para New York, e com o advento da aeronáutica francesa, através dos aviões concordes e Mirages, aterrissarmos lá antes da ligação ser completada.

Hoje, pouco mais de 20 anos se passaram e obter informação, nos comunicarmos com qualquer país do mundo, acontece em questão de segundos, através da Internet e dos computadores, isso devido à incrível tecnologia das telecomunicações.

Pode-se, ainda, obter com relativa precisão a localização no Planeta Terra em sala de aula através de um simples "aparelhinho", o GPS, que recebe informação de satélites, produto da revolução tecnológica da última década.

Que papel terá a Geografia, assim como a entendemos, se estamos começando a traçar uma cartografia "intergaláctica", "espacossiderografia", "universografia", "galactografia"?

O que poderá significar tudo isso, tanto na escola como na vida?

Essa corrente de mudanças é tão impetuosa que desagrega as instituições, sacode e altera os valores, fazendo secar suas raízes e fundamentos através de radicais mudanças paradigmáticas e de enfoques cada vez menos ortodoxos, inclusive na ciência.

Dante de tudo isso, fica a indagação:

Geografia – como e para que?

Já não temos tempo a perder com "saberes inúteis", alienantes, deslocados do processo histórico em que vivemos; precisamos de pistas concretas que respaldem a compreensão de quem somos, do que queremos, de como agir em nossa trajetória por este planeta, rumo ao terceiro milênio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRE, M. O professor de Geografia frente à realidade brasileira. In: *Memória do I Encontro Regional de Professores de Geografia do Estado do Paraná*. Maringá: FUEM DGE, nov. 1984.
- AMORIM F.", O.B. A evolução do pensamento geográfico e suas consequências no ensino da geografia. *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte: UFMG, v.1, n.1, p.5-18, mar, 1982.
- CAPRA, F. *A feia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- GIOLITTO, D. *Enseigner La Géographie à L'École*. France: Hachette, 1992.
- KOZEL, S.; FILIZOLA, R. *Memórias da Terra e espaço vivido*. São Paulo: FTD, 1996.
- LACOSTE, Y.A. *Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LIMA, Salete T. *O processo de capacitação docente e o ensino de geografia: angústias e reflexões*. São Paulo: USP, 1993. (Dissertação de Mestrado).
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997.

KOZEL, S. Enmar Geografia no terceiro milénio

- MORAES, A.C.R. *Geografia, pequena história crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- OLIVEIRA, A.U. (Org.) *Para onde vai o ensino de Geografia?* São Paulo: Contexto, 1989.
- PONTYUSCHKA, N. (Org.) *Ousadia no diálogo*. São Paulo: Loyola, 1993.
- TOFFLER, A. *O choque do futuro*. São Paulo: Artenova, 1976.